



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 02/2020

Data da Sessão Ordinária

15 de Maio de 2020

Início

20:30 horas

Termo

23:25 horas

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e trinta minutos, por meio de videoconferência, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo cinquenta e dois, de seis de maio de dois mil e vinte.-----

Nesta sessão e através das imagens captadas estiveram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo.-----

Faltou a esta sessão a Senhora Deputada Municipal Vanessa Almeida, do Partido Socialista, tendo apresentado justificação.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Louro Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Ana Filipa Alves Nuno Rosa Montalvo e Sónia Cristina Marques Varino.-----

Também estiveram presentes por videoconferência para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, Todos funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

Em seguida, iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos Senhores Deputados Municipais e ao Executivo autorização para a gravação das imagens, uma vez que o Regimento da Assembleia Municipal só contemplava a gravação de som. Colocada a votação essa pretensão a mesma foi autorizada por unanimidade.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida no período de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quinze de maio de dois mil e vinte.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para análise, discussão e aprovação a Ata número cinco de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma observação relativamente à Ata.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU) para referir que tinha solicitado alguns esclarecimentos nas Assembleias de vinte e cinco de setembro, vinte e oito de junho e vinte e dois de novembro e, até à presente data, apenas tinha recebido a informação solicitada para a Ata de vinte e oito de junho. Não tinha nada a apresentar contra a Ata que estava para aprovação, apenas pretendia as respostas solicitadas.-----

Não havendo mais intervenções sobre esta Ata, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por dar uma explicação sobre alguns documentos solicitados e enviados para um e-mail errado. Já tinha esclarecido o assunto com a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins (CDU) e o assunto estava a ser resolvido. A Senhora Deputada Municipal ficou em enviar uma relação da correspondência solicitada e não entregue.-----

Não havendo mais questões, foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as diferentes bancadas se tinham algum assunto para apresentar neste período antes da Ordem do Dia, pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira (PS), para questionar quais tinham sido as medidas tomadas pelo executivo municipal no âmbito do COVID-19, bem como, quais os apoios dados às entidades do concelho, nomeadamente Agrupamento de Escolas e Bombeiros.-----

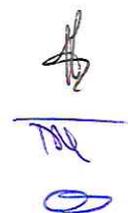
Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para fazer um comentário e apresentar uma Declaração sobre o 25 de Abril.-----

No comentário referiu que em nome da Bancada da CDU, lamentava que esta sessão fosse feita por videoconferência, uma vez que, no Centro Ciência Viva de Constância estavam reunidas todas as condições de segurança necessárias neste momento e para a atual situação. Esta forma de funcionamento era limitativa em termos de participação, discussão, participação do público e da comunicação social. Um outro comentário dizia respeito às comemorações restritas do 25 de Abril. No içar da Bandeira Nacional, teria ficado muito bem aos órgãos eleitos terem convidado no mínimo um representante da oposição ou das

oposições, porque eram as maiorias e as minorias que representavam o povo do concelho, não eram apenas as maiorias as representantes do 25 de Abril.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira apresentou uma Declaração da Bancada da CDU sobre o 46º Aniversário do 25 de Abril, anexa à presente Ata e dela faz parte integrante como **Anexo I**.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para referir não concordar com a posição do Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sobre a realização desta Assembleia através de videoconferência. Como era do conhecimento de todos, ainda se estava na primeira fase do desconfinamento, a segunda fase só se iria iniciar na próxima segunda-feira. Os alertas das entidades de saúde e do próprio governo, referiam que o desconfinamento deveria ser feito lentamente e de forma progressiva. A recomendação para a realização de atividades obrigatórias ou indispensáveis, deveriam ser utilizadas as novas tecnologias, evitando a presença física. Era uma regra de segurança e boas práticas, esta era a sua posição e de toda a Bancada do Partido Socialista. Continuando, disse que pretendia fazer uma declaração verbal: “*Estes dois meses foram um período nas nossas vidas em que nunca tivemos uma situação igual, pela primeira vez, não podemos passar a Páscoa em família, não podemos celebrar datas importantes para a família e para a nossa comunidade, sociedade, a primeira vez que não realizamos as festas do nosso concelho, acredito que para o executivo municipal tenha sido uma situação difícil, sendo uma situação nova e inesperada, também não podemos celebrar o Dia da Liberdade na rua como habitualmente fazemos, tivemos que celebrar confinados, com certeza que esse dia e nos últimos quarenta e seis anos, foi o dia em que todos nos lembramos da grande conquista de abril, o Serviço Nacional de Saúde. Não comemoramos as datas que todos os anos celebramos, como o dia do Pai, o dia da Mãe, foi diferente, era uma situação necessária e os resultados também estão à vista. Agora há que desconfinar gradualmente, temos de seguir em frente e esperemos que sobre a situação sanitária o pior já tenha passado, e que agora nos foquemos na recuperação da economia, e nas muitas famílias que de um momento para o outro viram as suas vidas completamente viradas do avesso, ou terem que fechar os seus estabelecimentos.-----* Desta situação grave, temos que retirar os aspectos positivos, porque os houve, por exemplo ao nível das novas formas de trabalho, teletrabalho, do ensino à distância, da adaptação da nossa indústria em que tivemos vários exemplos de readaptação, portanto, é nestas adversidades que nós nos superamos, que surgem oportunidades e que conseguimos avançar. Houve um salto tecnológico que se não tivesse sido por imposição da pandemia iria demorar alguns anos a ser dado, temos que retirar aspectos positivos.



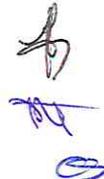
Também salientar para quem tinha dúvidas, que esta situação veio demonstrar a importância de termos um estado social adequado, como a resposta que o Serviço Nacional de Saúde deu à questão de saúde pública, a resposta que a escola pública deu às nossas crianças que rapidamente com o esforço das escolas, dos professores, dos encarregados de educação e das famílias se adaptaram, e as crianças continuaram o seu percurso de aprendizagem. Os apoios disponibilizados certamente não foram suficientes, foram os possíveis tendo em atenção as condições económicas do País, mas foram apoios dados às famílias, aos trabalhadores independentes e a todos aqueles que de um momento para o outro ficaram sem rendimentos. Foi um momento em que se mostrou a importância do Estado Social”-----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), questionou o Executivo relativamente à seguinte questão: com a não realização das Festas do Concelho por causa da pandemia, tinham sido tomadas diversas decisões difíceis, a questão que apresentava era uma questão pragmática e financeira, atendendo que havia compromissos assumidos para a realização das Festas e que o seu cancelamento tinha sido feito já muito próximo da data do evento, se ainda foi possível reverter os compromissos assumidos e saber quais foram os custos que o município teve que incorrer, mesmo não realizando as Festas.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU,) para apresentar um Voto de Pesar ao cantor Pedro Barroso, que leu. Colocado a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade ficando a constar nesta Ata como parte integrante da mesma como **Anexo II**.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal após os cumprimentos iniciais começou por responder à Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira (PS), informando que o município tinha tomado um conjunto de medidas, umas na proteção da população, outras dos próprios trabalhadores da autarquia. A primeira medida tomada tinha sido o encerramento de um conjunto de equipamentos municipais, a seguir, colocar em teletrabalhos todos os trabalhadores que tivessem em condições de trabalhar a partir de casa, o pessoal mais operacional (da rua) continuavam ainda em regime de jornada contínua, de forma a andarem menos tempo pela rua e não terem tanta exposição à possibilidade de infeção. De grosso modo tinham sido estas as medidas iniciais que tinham tomado, para além da desinfeção dos espaços na Câmara Municipal. Paralelamente a isto, tinham disponibilizado EPI's (equipamentos individuais de proteção), a um conjunto de



instituições do concelho nomeadamente, aos Bombeiros Voluntários e à Santa Casa da Misericórdia de Constância. Também tinham dado um apoio financeiro de quinze mil euros aos Bombeiros para a aquisição de EPI's, que como era do conhecimento de todos, os Bombeiros Voluntários estavam a atravessar uma situação financeira difícil por causa do COVID-19. Uma parte das receitas que tinham e que ajudava a manter a proteção e socorro à população do concelho tinha tido um decréscimo significativo que era, o transporte não urgente de doentes. Informou que o Senhor Comandante dos Bombeiros, numa reunião por videoconferência, tinha-o alertado para o facto da proteção e socorro à população do concelho poder ficar em risco. Face a isso, e perante uma relação de necessidades que os Bombeiros tinham enviado, foi deliberado em articulação com o Comandante Operacional Distrital Mário Silvestre, um apoio mensal nos meses de abril, maio e Junho, aos Bombeiros Voluntários de Constância, no valor de oito mil euros para assegurar a proteção e socorro à população do concelho. Para além disto, tinham lançado um programa municipal dirigido às pessoas com doenças crónicas e às pessoas de mais idade para não saírem de casa, através do banco de voluntários que os ajudava quando solicitado, na aquisição de bens de supermercado e outros serviços exteriores. Tinha sido lançado igualmente, uma linha de apoio psicológico e social com duas psicólogas do concelho que se disponibilizaram de forma gratuita a prestar esse apoio a quem necessitasse. No âmbito do apoio à população e às empresas do concelho tinham deliberado em sede de reunião de Câmara, isentar as tarifas fixas da água, dos resíduos e do saneamento, nos meses de abril inicialmente, depois uma nova proposta à reunião de Câmara que estendeu esta isenção para os meses de maio e junho. Estas tinham sido as principais medidas tomadas. Informou que passou a reunir todas as semanas a Subcomissão Municipal de Protecção Civil. Nessa Subcomissão têm acento, a autoridade de Saúde através do Delegado de Saúde, o Presidente de Câmara, o Vereador com o Pelouro, a GNR, o Comandante dos Bombeiros Voluntários e a Segurança Social. Era feito semanalmente um ponto de situação do concelho para articularem em conjunto as medidas a implementar. Também fazia parte, a Santa Casa da Misericórdia, com a questão dos lares com acompanhamento semanal. Informou igualmente que, em consequência da Pandemia, tinham sido suspensos pelo empreiteiro, os trabalhos na obra da Extensão de Saúde de Montalvo, dado tratar-se de uma obra num recinto fechado e o mesmo não se sentir à vontade para manter os trabalhadores. Referiu ainda que através da Autoridade Nacional de Protecção Civil e da Brigada Mecanizada, tinham instalado um conjunto de camas no Pavilhão Municipal, para no caso de ser necessário retirar alguns idosos não infetados dos lares existentes no concelho, poderem ser transferidos para aquele espaço. As camas tinham sido instaladas



pela Brigada Mecanizada e feita uma visita técnica com o Senhor Comandante dos Bombeiros, com o acompanhamento da Santa Casa da Misericórdia para definir todos os circuitos e demais procedimentos.-----

Quanto à questão colocada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), referiu que não tinha sido uma decisão fácil cancelar as Festas do Concelho, não por ter dúvidas atendendo à situação que o País atravessava, mas sim, ao que as mesmas representavam para o concelho. Relativamente aos custos que tiveram com as Festas, uma vez que os artistas estavam praticamente todos contratualizados, o que fizeram foi, após a tomada de decisão de cancelar as Festas, falaram com as pessoas em causa informando as mesmas que iriam fazer um ofício a formalizar essa questão e era seu entendimento que não haveria enquadramento legal para pagar qualquer valor. Essa questão tinha sido pacífica. A única coisa que tinham pago até à data, tinha sido à empresa que montava as tasquinhas, fazia a produção de som, fazia o marketing das Festas e fazia o cartaz das mesmas. Naquela altura o cartaz já estava feito assim como um conjunto de outras ações. Tinha sido feito um levantamento dos custos de acordo com o que estava estipulado no caderno de encargos e a Câmara Municipal tinha pago o montante de dois mil e setecentos euros. Depois de a Câmara Municipal ter tratado deste processo administrativo com os artistas e ter feito os devidos ofícios aos agentes a cancelar os espetáculos, saiu o Decreto-Lei aprovado na Assembleia da República para que os espetáculos pudessem ser reagendados e as entidades assegurarem o pagamento de cinquenta por cento desse montante. Em jeito de comentário, referiu que como era do conhecimento todos a sua formação de base era na área do Direito, e tinha aprendido que as Leis só tinham efeitos retroativos em duas situações, em Direito Penal quando é aprovado uma pena mais favorável ao arguido e no âmbito fiscal quando a situação é mais favorável ao contribuinte, fora destas duas situações as leis não tinham efeitos retroativos. Quando saiu o Decreto-Lei, o agente do Fernando Daniel, tinha entrado em contacto com a Câmara Municipal através de um e-mail a dizer que ao abrigo desse Decreto-Lei pretendia que o espetáculo fosse reagendado e que a Câmara Municipal pagasse desde já os cinquenta por cento do espetáculo. Disse ter reencaminhado o assunto para os serviços jurídicos da Câmara e para a Divisão Administrativa e Financeira. Aguardava o resultado da análise, no entanto, em sua opinião enquanto Presidente de Câmara, desde que houvesse acordo com o artista para reagendar o espetáculo para as Festas do próximo ano, pela sua parte não haveria problema em ser feito esse reagendamento e pagar de acordo o estabelecido no Decreto-Lei os cinquenta por cento do cachê, mas não poderia tomar esta decisão sem ter o respetivo enquadramento feito pelos serviços.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio (CDU), para apresentar uma intervenção/declaração, relacionada com o atual momento de Pandemia Covid-19 e fibra óptica no concelho.-----

Lido o documento, este fica a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo III**.-----

- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias (PS), para referir que não concordava com a opinião apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), relativamente às Comemorações do “25 de Abril” e da forma escolhida para levar por diante a concretização desta Assembleia através de videoconferência. Não sabendo quais as consequências desta Pandemia no presente e no futuro, era no mínimo de uma grande irresponsabilidade começar a desvalorizá-la, pelo que, em sua opinião, não faziam qualquer sentido as observações do Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), sob pena de adormecermos e morrermos na praia. Sobre o “25 de Abril”, referiu que ninguém se tinha esquecido da efeméride, cumpriram-se apenas e muito bem, as recomendações da Direção Geral da Saúde. Os interesses próprios não se poderiam sobrepor ao bem comum ou bem geral. -----

Não havendo mais questões neste período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

Antes da leitura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs uma alteração na apresentação/discussão de dois pontos da Ordem de trabalhos. Por uma questão de alinhamento se discutisse primeiro o ponto cinco e só depois o ponto quatro. Com esta alteração ficariam mais esclarecidos relativamente ao ponto cinco, sendo apenas uma inversão na ordem de trabalhos. Todos concordaram com a sugestão -----

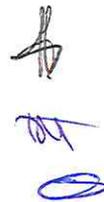
-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1- Período reservado à intervenção do público - Para Participação e esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, todos os interessados poderão enviar a sua exposição por correio eletrónico para: assembleiamunicipal@cm-constancia.pt até às 15.00 horas do dia 12 de Maio de 2020;-----

2- Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de minutas de aditamento aos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Santander Totta, S.A. para liquidação antecipada de empréstimos – Para deliberação; -----

3- Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de revisão (alteração modificativa) aos documentos previsionais 2020 – Para ratificação/deliberação;-----

4- Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração de estatutos da Associação Casa Memória de Camões – Para deliberação;-----



5- Informação nº 553/2019 da Inspeção Geral de Finanças – Análise aos contratos-programa outorgados entre o Município de Constância e as Associações Centro de Ciência Viva e Casa Memória de Camões – Para conhecimento;-----

6- Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro – Para conhecimento.-----

7- Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital com a ordem de trabalhos a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que recebeu do Senhor Luís Gonçalves, de Constância um e-mail com as seguintes sugestões:-----

“1 - Implantação de medidas de prevenção contra a transmissão de vírus nas casas de banho públicas;-----

a) Modificação das portas de modo a que sejam abertas e fechadas com o pé, que não exija usar a mão; -----

b) Torneiras acionadas por aproximação das mãos;-----

c) Dispensador com gel desinfetante à entrada;-----

2 - Acesso à zona de Lazer Tejo e Zêzere.-----

Prevê-se que os pilares impeditivos do acesso a veículos não autorizados a partir da zona da esplanada e do Parque das Merendas estão retirados mais que um dia, por esquecimento natural de quem acede aos espaços, já vi neste espaço automóveis particulares parados que ali ficam enquanto os ocupantes vão usufruir do rio e da natureza ou petiscam nas mesas do parque. Já vi motos quatro a circular, sugiro a implantação de sistemas bloqueadores eletromecânicos ou operados por comando.-----

3 - De que forma a Câmara em sintonia com os operadores económicos vai transmitir ao mercado turístico que Constância é um destino seguro agora também a nível sanitário para os residentes e visitantes.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que pudesse responder ao Senhor Luís Gonçalves.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as questões apresentadas pelo Senhor Luís Gonçalves eram sugestões. Tinha tomado boa nota das mesmas que seriam verificadas e ponderadas. Relativamente à última questão colocada relativa ao turismo, todos reconheciam que não iríamos ter um verão na Vila como em anos anteriores, era normal que houvesse uma menor afluência de pessoas e que isso se



refletiria na Vila a todos os níveis. Era preciso ter consciência de que nesta fase, o município não podia ter promoções ao nível do turismo, quando ainda pedia às pessoas para ficarem em casa e terem um conjunto de cuidados. Terminou agradecendo as questões/sugestões apresentadas pelo munícipe.-----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTAS DE ADITAMENTO AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CELEBRADOS COM O BANCO SANTANDER TOTTA, S.A PARA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE EMPRÉSTIMOS – PARA DELIBERAÇÃO;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que no mandato anterior, em dois mil e dezasseis, tinham sido renegociados um conjunto de empréstimos bancários com vista a obter condições financeiras mais vantajosas, nomeadamente a nível dos juros e foram pagos e contraídos novos empréstimos para abater um conjunto de empréstimos que até então existiam.-----

O município para contrair empréstimos estava sujeito a aprovação do Tribunal de Contas, e na altura, exigiu que fossem efetuados um conjunto de adendas aos contratos de empréstimo. O que vinha a esta Assembleia eram essas adendas de minutas para eventual aprovação, e assim ficar a situação regularizada para finalizar o processo.-----

Não havendo intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020 – PARA RATIFICAÇÃO/DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que esta proposta de revisão orçamental, agora com esta nova designação, de alteração modificativa, tinha a ver com o novo sistema contabilístico que entrou em vigor este ano. Refere-se a dois aspetos fundamentais, por um lado a ratificação da injeção do saldo de gerência de dois mil e dezanove, que tinha sido no montante de quatrocentos e cinquenta mil euros e por outro lado, a eventual deliberação da injeção do aumento das transferências do Orçamento de Estado que ocorreram para o ano de dois mil e vinte, no montante de trezentos e quarenta e sete mil euros. Como todos se recordavam, o Orçamento de Estado para este ano tinha sido aprovado há relativamente pouco tempo. Na altura que tinham sido feitos os



documentos previsionais para virem à Assembleia Municipal, não existiam dados concretos de qual seria o aumento que iríamos ter no presente ano. Os serviços financeiros tinham seguido o que estava alinhado em dois mil e dezanove, nos montantes transferidos nesse ano, sendo o orçamento construído nessa base. Tendo conhecimento agora do valor concreto, vinha à Assembleia Municipal para ratificação. Referiu que os Senhores Deputados Municipais tinham os mapas em anexo com esta distribuição por rubricas, de acordo com os dados de dois mil e dezanove, tinham tido uma execução da receita de 91% (noventa e um por cento) e uma execução da despesa nos 85% (oitenta e cinco por cento), considerando a taxa de execução boa, em termos de execução orçamental.-----

Relativamente ao saldo de gerência referiu que só poderiam injetar o saldo de gerência após a aprovação da prestação de contas mas, com a Lei do Orçamento de Estado para este ano, permitiu-se que após a aprovação do mapa de Fundos de Caixa, se pudesse incorporar imediatamente o saldo de gerência. A diferença era que esta alteração da Lei do Orçamento de Estado que permitia a injeção direta do saldo de gerência com a aprovação do mapa Fluxos de Caixa, teria que ir à reunião da Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. Fruto do COVID-19, tinha sido feita uma alteração que permitiu que apenas com a deliberação do órgão executivo da Câmara Municipal fosse injetado o saldo de gerência, e assim que o órgão deliberativo “Assembleia Municipal” se reunisse, viesse a este para eventual ratificação.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), referindo que a explicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal ia ao encontro da análise que ela própria tinha feito, no entanto, considerando que a proposta tinha como finalidade alterar ou ajustar o valor às necessidades de execução de alguns projetos em curso ou atividades planeadas e, sabendo, como tinha dito o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que o documento aprovado “rubricas”, tivera por base a receita de dois mil e dezanove, e hoje o documento tinha valores mais reais, verificava na análise ao documento que muitas rubricas tinham sido alteradas, e não somente nos dois anexos que faziam parte do documento, dando como exemplos: - Na página dois, na rúbrica - Contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde, aparecia a promoção da saúde pública, aquisição de equipamento básico. No documento aprovado anteriormente, estava atribuído um euro, agora aparecia o valor de quarenta e sete mil novecentos e quarenta e dois euros. Gostaria de saber qual o motivo deste aumento e qual o equipamento a adquirir no âmbito da promoção da saúde pública. No mesmo domínio, para a Extensão de Saúde de Montalvo - obras de beneficiação, no anterior documento tinham cento e quinze euros, agora tem dez mil quatrocentos e setenta e seis euros e noventa e um cêntimos. Qual o motivo para

esta discrepância. Na rubrica - Melhorar a qualidade de vida, do Programa Abem (Rede solidária do medicamento), o anterior documento tinha três mil euros, agora tinha dois mil e trezentos euros. Deveria haver alguma razão para estes números, questionando se o número de beneficiários tinha diminuído ou apenas o apoio. Na Piscina Municipal – Construção e Beneficiação, antes tinha um valor de vinte e oito mil e quinhentos euros, agora passou para vinte mil euros. Higiene e Limpeza, pensava que certamente se trataria de uma nova rubrica por não a encontrar no documento anterior, tinha cinquenta euros, atendendo ao momento que se vivia COVID-19, tinha dúvidas que este valor chegasse para os gastos com higiene e limpeza. Para melhor perceber o documento solicitava uma explicação do mesmo.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU) não entendeu os documentos que estavam em análise. Os documentos que a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), questionava, referiam-se à execução de dois mil e dezanove, as rubricas alteradas pelo saldo de gerência e pelas Transferências do Orçamento de Estado, constavam em outro mapa, no final dos documentos em análise na penúltima página. Os documentos que a Senhora Deputada tinha invocado, eram documentos de execução das GOP (Grandes Opções do Plano) e PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e, da receita e da despesa do ano de dois mil e dezanove.-----

A Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), voltou a pedir a palavra para questionar sobre a necessidade de alterarem o documento nos seus valores. O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu à Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira para tentar explicar as questões apresentadas.-----

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira começou por referir que teve alguma dificuldade em acompanhar o raciocínio da Senhora Deputada Municipal. Os mapas que continham a alteração propriamente dita, eram os últimos mapas do documento, todos os outros documentos reportados a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, tinham necessariamente que acompanhar esta proposta aos órgãos municipais. Quando verificavam que tinha havido uma determinada execução, estavam a falar das Grandes Execuções do Plano reportadas a trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove que, não podiam ser comparadas com aquilo que tinha sido aprovado no início do ano de dois mil e dezanove, uma vez que tinham sofrido alterações orçamentais e os valores não poderiam ser comparados. O que estava em causa era simplesmente uma adequação do Orçamento de dois mil e vinte às necessidades que entretanto foram

surgindo. O Orçamento era feito muito cedo e havia sempre a perspectiva de surgirem despesas que já não transitariam para o ano seguinte, neste caso, não estariam com qualquer problema de liquidez e assumiam não colocar este valor no orçamento do ano seguinte porque conseguiam pagá-lo e executá-lo até final do ano. Ao longo da execução do ano também surgiam situações que não eram espectáveis na data de elaboração do orçamento, em que valores tinham que ser incorporados no orçamento através de uma alteração ao orçamento. Assim, esta revisão ao orçamento estava dividida em duas partes; a primeira, era simplesmente a injeção do saldo da gerência, essa injeção do saldo da gerência que o legislador permitiu que fosse aprovado pela Câmara Municipal ia à Assembleia Municipal para ratificação, a segunda, o reforço que ocorreu no orçamento de estado por via das transferências para os municípios, quando foi feito o orçamento tinham colocado os valores referentes a dois mil e dezanove, entretanto o Orçamento de Estado foi aprovado e felizmente para nós, tiveram um acréscimo significativo nas transferências, sendo necessário reforçar o valor das transferências no Orçamento do Município. Deu como exemplo o caso dos cinquenta mil euros na área da saúde, não tinha a certeza, mas poderia ser a aquisição da cadeira do dentista que tinham como expectativa pagar essa aquisição até final do ano, e isso não tinha acontecido por diversas circunstâncias e o valor tinha transitado integralmente para o ano de dois mil e vinte, ou seja, tinham que reforçar esse valor no orçamento de dois mil e vinte.-----

O Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), pediu a palavra, referindo que o que estava na ordem de trabalhos era a alteração modificativa aos documentos previsionais de dois mil e vinte mas, gostaria de ver expresso na alteração modificativa aos documentos para dois mil e vinte as ações novas que existiam para saber no contexto do Plano aprovado para dois mil e vinte, o que existia a mais. Por um lado as ações novas ou projetos novos e por outro lado os reforços. Tinham inscrições e reforços, mas não sabiam de facto, qual a parte das inscrições e qual a parte dos reforços. Se eram reforços, eram projetos já aprovados, se não eram reforços, seriam projetos novos. Pretendia perceber melhor. Quanto à questão de dois mil e dezanove, tecnicamente e legalmente, tinha que vir no documento mas, faria muito mais sentido na aprovação das contas de gerência. Estávamos no mês de maio, e normalmente era em abril que se aprovavam as contas de gerência. Não sabia se teria sido já possível aprovar as contas de gerência do ano anterior e isso criava dúvidas pelo menos para quem não lidava todos os dias com estes assuntos. Na questão da saúde, o que tinha ficado aprovado quando do Plano e Orçamento para dois mil e vinte, de acordo com as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, esta verba seria utilizada até final do ano e por isso já não aparecia no Plano e Orçamento

para dois mil e vinte. A Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira tinha dito que esta verba transitaria porque a rúbrica tinha ficado aberta. Não se recordava que tenha ficado aberta.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o mapa era claro com a descrição daquilo que eram as rúbricas que iam ser reforçadas. Quanto à questão da prestação de contas, a legislação que saiu no âmbito do COVID-19, permitia que as Câmaras Municipais aprovassem a prestação de contas até trinta de junho de dois mil e vinte. Numa altura em que os trabalhadores da Câmara nomeadamente os da área administrativa e financeira, tinham lutado incansavelmente no final do ano e depois, na transição para o novo sistema contabilístico, enquanto Presidente de Câmara gostaria de trazer a esta Assembleia Municipal a Prestação de Contas, mas não se sentia no direito de fazer essa exigência às pessoas, quando elas tinham passado muitas horas e alguns dias até alta madrugada, para que tudo corresse bem e para que o município transitasse para o novo sistema contabilístico em tempo oportuno. No entanto, uma reivindicação que já existia há muitos anos por parte da Associação Nacional de Municípios era que fosse permitido injetar o saldo de gerência com a aprovação dos mapas de Fluxos de Caixa, que não fosse necessário esperar pela Prestação de Contas para que os municípios pudessem usar o valor que tinha transitado para o ano seguinte, neste caso, o saldo de gerência para dois mil e dezanove e o pudessem utilizar no orçamento do ano seguinte. Por essa razão, tinha que vir à Assembleia Municipal não só o mapa de Fluxos de Caixa como a documentação que constava em anexo. Segundo a circular da DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), era obrigatório que o processo fosse instruído com esta documentação. Neste ponto da Ordem de Trabalhos estavam implícitas duas questões fundamentais, por um lado a ratificação da injeção do saldo de gerência, por outro a revisão ao orçamento de dois mil e vinte com a injeção quer do saldo de gerência, quer do aumento das transferências de estado, no montante de trezentos e quarenta e sete mil euros. Só com um ponto, a legislação permitia que o órgão executivo da Câmara Municipal no caso do saldo de gerência aprovasse, e viesse à Assembleia Municipal apenas para ratificação. No caso do aumento das transferências do Estado, viesse à Assembleia Municipal não para ratificação, mas sim para deliberação. E a partir de agora, a não ser que a legislação mudasse, a injeção do saldo de gerência iria passar a ser feito desta forma, ou seja, não era necessária a aprovação da prestação de contas para que o saldo de gerência fosse injetado no orçamento do ano seguinte, bastava a aprovação pelo órgão executivo e, pelo órgão deliberativo e o mapa de Fluxos de Caixa com a documentação em anexo, para que o município pudesse usar o saldo.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS), para colocar a seguinte questão; na alteração modificativa número um, que resultava da incorporação do saldo de gerência anterior, nas diversas aplicações em despesa de capital o nome dos projetos eram simples e evidentes. O único ponto que lhe suscitava algumas dúvidas era o reforço destinado ao Parque Ambiental de Santa Margarida, pelo que questionava o Senhor Presidente da Câmara Municipal o que pretendiam fazer e para quando.-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu sobre a questão do Parque Ambiental, como já tinha esclarecido numa das reuniões anteriores, tinham apresentado um projeto ao Turismo de Portugal para a requalificação do Parque Ambiental na sua totalidade. Numa fase inicial, o projeto tinha sido reprovado. A Câmara tinha contestado a reprovação do projeto e da candidatura, apresentando o contraditório e o Turismo de Portugal ainda não tinha dado qualquer resposta. Pelas alegações que vinham na notificação inicial, seria muito difícil que a candidatura fosse aprovada. O que tinham feito foi inscrever o projeto que, com ou sem financiamento o Parque Ambiental teria que ser requalificado. Era urgente requalificar a ecoteca e a torre do Parque Ambiental. As madeiras dos passadiços, o campo de futebol e o parque de merendas, todas essas obras estavam a ser feitas por administração direta através do carpinteiro da autarquia. Em termos contabilísticos não poderiam retirar a verba alocada ao projeto da candidatura ao Turismo de Portugal.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), referindo que na proposta de revisão, estava mencionado o reforço de quarenta e cinco mil euros, o reforço/inscrição na descrição – Arruamentos Construção e Beneficiação – Arruamento de Santa Margarida. Pelo que gostaria de saber do que se tratava, o lugar e rua onde se iria realizar a obra.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que existiam diversas ruas em Santa Margarida a necessitarem de uma intervenção, mas este valor destinava-se à Rua Nova, em Portela.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU).-----

Ponto 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO CASA MEMÓRIA DE CAMÕES – PARA DELIBERAÇÃO;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados Municipais que iria retirar-se uma vez que não podia participar na discussão e votação daquele ponto, pelo facto de pertencer à Direção da Associação Casa Memória de Camões, no entanto, não poderia deixar de apresentar um e-mail que tinha recebido do Senhor José Maria Luz, de Constância, um e-mail e uma carta do Senhor Rui da Silva Pires, da Pereira, freguesia de Santa Margarida da Coutada, tendo passado a ler antes de se retirar.-----

*“Exmo Sr-----
Presidente da Assembleia Municipal de Constância-----*

Venho por este meio solicitar a divulgação da presente missiva junto de todos os membros da assembleia municipal por forma a que se inteirem do seu conteúdo antes da abertura da sessão do dia 15 de Maio de 2020.-----

Desta missiva será dado conhecimento às entidades competentes.-----

No edital de 5 de Maio de V Ex.a referente à sessão de 15 de Maio de 2020 da assembleia municipal de Constância consta no ponto 4, nomeadamente o seguinte:-----

- «Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração de estatutos da Associação da Casa-Memória de Camões em Constância – para deliberação»-----

Como V Ex.a saberá a competência para aprovar alterações aos estatutos da associação é do órgão da assembleia geral daquela associação de direito privado, sem fins lucrativos. Também assim no que concerne à abertura e elaboração de propostas ou projectos formalmente procedimentais com esse objecto, seja para efeitos internos ou externos - competência subsidiária da assembleia geral a qual só pode ser outorgada à direcção com mandato especial.-----

Com interesse relevante para o caso concreto:-----

- Artigo 172º do Código Civil (para o qual remetem os estatutos da associação no seu artigo 5º e 10º).-----

- Artigo 1º, nº 3 e artigo 59º, nº 2, da Lei 50/2012 na sua redacção actual.-----

- Artigos 164, nº 1 e 1159, nº 2,, do Código Civil.-----

Como saberá por certo o comando de adaptação de estatutos ao regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais (por parte de entidades públicas ditas participantes) só tem efectiva aplicação no caso de entidades empresariais locais, de empresas municipais constituídas nos termos da lei comercial, e de outras sociedades comerciais participadas em que se exerce influência dominante pública. Tal comando da lei não existe nos casos das outras participações: nomeadamente em associações, fundações e cooperativas, devendo nessa matéria obedecer-se ao regime geral aplicável,

como determina o nº 3 do artigo 1º da lei 50/2012. Efectivamente no Capítulo V do RJAE...
nada se dispõe nessa matéria.-----

V Exa providenciará para que não se prossiga no caminho da ilegalidade já iniciado nesta
matéria. em sede da reunião de 23 de Abril de 2020 da câmara municipal.-----

Finalmente, gostaria de lhe transmitir que foi para mim doloroso saber deste processo
através dos jornais, processo omitido ao Conselho Fiscal e à assembleia geral da
associação (associação da qual V Exa é vice-presidente da direcção enquanto cidadão e
o presidente da câmara municipal é o presidente da assembleia geral, órgão que nunca foi
convocada para esse efeito).-----

V Exa ainda vai a tempo de arrepiar caminho e de fazer cumprir a legalidade.-----

Se a Inspeção-Geral de Finanças através de uma mera informação entende agora que a
câmara não pode ser sócia da Associação e ao mesmo tempo atribuir-lhe subsídios, o
caminho não é retirar a autonomia da associação mas sim retirar-se a câmara de sócia.
Pretender-se que o município designação da maioria absoluta do órgão do Conselho Fiscal
e que detenha direito de veto sobre os instrumentos fundamentais de gestão da
competência da assembleia, vai muito para além do texto e do escopo da lei. Não é
admissível em democracia.-----

Em nome-----

Da legalidade-----

Da liberdade de associação-----

Da isenção administrativa-----

Da transparência-----

Grato pela atenção-----

Prof José Luz-----

(O Presidente do Conselho Fiscal da Associação da Casa-Memória de Camões em
Constância)-----

PS – A câmara (órgão sem personalidade jurídica) é sócia da associação desde os tempos
da comissão administrativa de 1972. e está por provar que o município (esse sim com
personalidade jurídica) participe com a pessoa jurídica privada da Associação da Casa-
Memória de Camões em Constância, no caso, em alguma associação detendo ou tendo
adquirido «participações locais», conceito restrito ligado a património e a valor associado
segundo a lei 50/2012 (artigo 59º, nº 1 e 54º, e.g.). “-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler o e-mail que
recebeu do Senhor Rui Silva Pires.-----

“Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância-----

Foi com um misto de surpresa e de indignação que tomei conhecimento da convocatória da sessão do próximo dia 15. Maio.2020. Tanto pela forma de realização, como de assistência e intervenção do público e também pelos pontos constantes na ordem de trabalho.-----

Junto missiva (já remetida pelo correio) para a qual solicito seja dado o devido conhecimento aos intervenientes no início da sessão.-----

Por outro lado, solicito a Vª Eª a indicação de como e onde pode o público assistir à sessão e com que base legal foram definidos os termos da convocatória por videoconferência, atento ao arteº 49 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Agradeço que tal me seja comunicado, dada a relevância da ordem de trabalhos.-----

Com os melhores cumprimentos-----

Rui Silva Pires-----

Pereira – Santa Margarida da Coutada”-----

Carta do Senhor Rui Silva Pires:-----

“Exmº Senhor-----

Presidente da Assembleia Municipal-----

António Luís Mendes-----

Antes de mais os meus respeitosos cumprimentos.-----

Dirijo-me ao mais alto representante do Município de Constância para manifestar indignação e perplexidade por mais uma vez, após tantos anos (desde 2008) e muitas abordagens, surgir na ordem de trabalhos da sessão do órgão que dirige, um ponto (5.) respeitante a contratos estabelecidos pelo Município de Constância com a Associação Centro de Ciência Viva e com a Associação Casa Memória de Camões invocando a forma de atribuição de apoios a essas entidades e outro ponto (4.) que, de formam inacreditável e por cima de suposta liberdade associativa, interfere fortemente e promove uma alteração de estatutos nesta última associação. Só isto, por si, revela a incapacidade que a Administração Local/Nacional tem tido, ao longo dos tempos, em definir relações com estas Associação, preferindo o verbo impor.-----

Sei que me dirijo também a quem acompanhou todas as vicissitudes das entidades envolvidas e que, por intervenção direta ou indireta, participou no transporte das associações para a esfera cada vez mais próxima do Município. Posso afirmá-lo na medida das posições que sempre tomei sobre essas matérias, quer em sede de Assembleia Municipal, quer muito especialmente no mandato 2009/2013 em que exerci o cargo de vereador.-----

Ora, foi precisamente por causa das responsabilidades e posições adotadas nesses órgãos

autárquicos que fui abordado por várias entidades. Também por isso, venho, antes da sessão da Assembleia Municipal, frisar as minhas tomadas de posição, na sua grande maioria validadas em conjunto com outros eleitos, no meu caso como independente nas listas do Partido Socialista. E faço-o, livre de qualquer interesse político ou pessoal, simplesmente para que quem tem que decidir tenha maior consciência do passado e do alcance destes dois pontos da ordem de trabalhos e se vincule mais fortemente ao que está em causa.-----

Desde 2006/2008 o Município (ou antes, os decisores políticos com funções) têm promovido a circulação de pessoas entre as três entidades (tanto de técnicos como de eleitos) ou até a apropriação das mesmas (vide mandato 2009/2013), causando um clima múltiplos e inevitáveis conflitos de interesses, dependências e parcialidades, precisamente o contrário do pretendido no descurado Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações conexas ou equivalente.-----

Há mais vida e pessoas do que os que se envolvem em política (e seus familiares directos) e dos que querem fazer carreira e ter seguidores nesse domínio. Ou será, antes, que tudo se resume ao oposto e o Poder é que é o objectivo municipal?-----

As associações precisam de ser livres, criar as suas raízes, lidar com os seus direitos e com as suas obrigações, trilhar o seu caminho, decidir o seu futuro...As autarquias não podem ser aves de rapina ou incubadoras políticas, mas sim cuidadoras e parceiras, É triste que Camões continue a ser maltratado! Deveria ser antes um símbolo, um ícone, um incomensurável valor regional e nacional. Não passará de sina, da alma de um povo de triste fado?..-----

Acresce a tudo isto que nos encontramos numa encruzilhada histórica de indefinição que nada abona a favor de decisões drásticas e fraturantes. O tempo é bom conselheiro, pelo que um adiamento da apreciação destes assuntos dará azo a clarificações necessárias e abre novas oportunidades, assim haja boa vontade da procura da melhor solução, pela e com a associação--Na expectativa de ter contribuído para a análise de tão importantes matérias a debate, despeço-me na certeza de esta missiva dar cumprimento aos meus deveres cívicos para com Constância.-----

Os melhores cumprimentos,-----

Santa Margarida da Coutada, 11 de Maio de 2020-----

Rui Silva Pires-----

(Ex-vereador e ex-vogal da Assembleia Municipal)-----

Cc nº 8097261-----

Morada: Rua de Santo António,5 – Pereira, 2250-340 Constância-----

“Os lusíadas”, Canto IV,93 – Luís de Camões-----
“E ponde na cobiça um freio duro,-----
E na ambição também, que indignamente-----
Tomais mil vezes, e no torpe escuro-----
Vício da tirania infame e urgente (...).”-----

A Senhora Primeira Secretária assumiu a sessão da Assembleia Municipal e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do Ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o documento era bastante elucidativo não tendo informações adicionais a dar.-----

A Senhora Primeira Secretária questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma intervenção.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), referindo que tinha dúvidas que não existisse uma outra saída legal para apoiar a Associação sem esta alteração dos estatutos. Referiu como exemplo, Lisboa, em que associações eram apoiadas e não tinham sequer o estatuto que tinha a Casa Memória de Camões. Referia a questão de Lisboa, porque não conhecia que existisse nessa cidade alguma associação com problemas do género, deixando muitas reservas se não existiria outra forma de apoiar à Associação. Sendo o processo em sua opinião bastante complexo, o que estava em causa era resolver no imediato o problema financeiro para que a Associação pudesse honrar os seus compromissos, em particular com o posto de trabalho no Jardim-Horto, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal se com a aprovação desta proposta, estava garantida a continuidade da transferência de verbas do Município para a Associação?-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, relativamente a algumas considerações feitas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), apenas lembrava que entre dois mil e treze e dois mil e quinze, num mandato em que a CDU tinha a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal, poderiam e tinham tido a possibilidade de encontrar outra solução. Se tivessem encontrado uma solução nessa altura, o problema não tinha transitado para este mandato. Referiu ainda que da reunião por videoconferência com a Direção da Associação Casa Memória de Camões, tinha ficado acordado que o processo seguiria por este caminho, tal como tinha ficado acordado que após a aprovação pelo dois órgãos, executivo e deliberativo, seria efetuada a transferência da primeira tranche de dois mil e vinte para a Associação Casa Memória de Camões. Referiu ainda que, se o Senhor Deputado Municipal relesse o ofício remetido para a IGF

(Inspeção Geral de Finanças) era claro no último parágrafo a referência que, caso a Assembleia Geral da Associação não aprovasse a alteração aos Estatutos, a Associação teria que devolver o dinheiro ao município. Era esse o compromisso que existia de forma a salvaguardar ambas as instituições. -----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa (PS) referindo que depois de ouvir as explicações do Senhor Presidente da Câmara Municipal e as considerações feitas pelo Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), pretendia equacionar uma situação; o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a situação tinha sido estudada dentro da legalidade para ser regularizada, caso não fosse, não poderiam ser feitas as transferências. Não era uma situação para o mês presente, era uma situação para futuro. Como tinha sido referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a situação tinha sido estudada pelos técnicos da autarquia desta área do Direito, tendo chegado à conclusão que esta era a solução encontrada. Enquadrar este apoio no programa de apoio ao associativismo, como todos sabiam, se fosse enquadrado como todas as outras associações do concelho que recorriam ao programa de apoio ao associativismo, nunca atingiria estes montantes. Não sendo estes montantes, não haveria condições para terem a funcionária no Jardim Horto. Neste momento e sobre este assunto, a decisão fundamental pertencia à Assembleia Geral da Associação. Respondendo aos dois municípios que enviaram cartas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, indiretamente acusando os Senhores Deputados desta Assembleia Municipal de que se aprovassem hoje a proposta estariam a cometer uma ilegalidade, em sua opinião, nenhum Deputado desta Assembleia Municipal pretendia cometer ilegalidades e o que lhe tinha sido transmitido pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, era não existir outra possibilidade que salvaguardasse ambos os interesses.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para apresentar uma Declaração de Voto da CDU que fica a constar como parte integrante desta Ata como **Anexo IV.**-----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC), e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU).-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal não participou na discussão e votação do ponto.-----

PONTO 5 - INFORMAÇÃO Nº 553/2019 DA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS – ANÁLISE AOS CONTRATOS-PROGRAMA OUTORGADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE

CONSTÂNCIA E AS ASSOCIAÇÕES CENTRO DE CIÊNCIA VIVA E CASA MEMÓRIA DE CAMÕES – PARA CONHECIMENTO;-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por fazer um enquadramento de toda esta situação, referindo que alguns dos Senhores Deputados Municipais presentes, faziam parte desta Assembleia Municipal na altura, tal como a Senhora Vereadora Júlia Amorim, à data Presidente da Câmara Municipal e, certamente recordar-se-iam da situação. Em setembro/outubro de dois mil e treze, tinha sido feita uma denúncia sobre os Contratos Programa que a Câmara tinha celebrado com o Centro Ciência Viva e com a Associação Casa Memória de Camões, concretamente, sobre os apoios financeiros transferidos, visto que o enquadramento legislativo não era o mais correto. Como consequência, tinham sido desenvolvidos um conjunto de procedimentos com vista à alteração dos estatutos quer do Centro Ciência Viva, quer da Associação Casa Memória de Camões e celebrados novos Contratos Programa em dois mil e catorze/dois mil e quinze. A legislação obrigava a que os Contratos Programa que a Câmara Municipal celebrou com estas duas instituições ou com mais algumas, deveriam ser remetidos à Inspeção Geral de Finanças, o que aconteceu.-----

Na altura do pico do COVID-19, tinha chegado diretamente para o e-mail da Câmara Municipal, um e-mail emanado pela IGF (Inspeção Geral de Finanças) com o relatório (enviado aos Senhores Deputados Municipais), em que a Inspeção Geral de Finanças considerava que após a alteração dos estatutos do Centro Ciência Viva, em que a Câmara Municipal tinha assumido uma posição dominante, não se levantavam questões de legalidade respeitantes às transferências que a Câmara Municipal fazia para o Centro Ciência Viva. No que se referia à Associação Casa Memória de Camões, a Inspeção Geral de Finanças considerava que os montantes que a Câmara Municipal tinha transferido para a Associação, não tinham enquadramento legal, porque a Câmara Municipal não tinha uma posição dominante sobre a Associação.-----

No dia que tinha recebido este relatório da IGF, estava prestes a autorizar a transferência da primeira tranche do ano de dois mil e vinte, para a Associação Casa Memória de Camões, com esta notificação, tinha dado ordem internamente para cancelarem a transferência, e, de imediato, com os técnicos da Câmara Municipal, tentaram encontrar uma solução interna que depois foi transmitida ao Senhor Presidente da Direção da Associação Casa Memória de Camões, para desbloquear a situação o mais rapidamente possível, tendo em atenção que aquela verba era fundamental para pagar o salário à funcionária do Jardim Horto de Camões. A Câmara Municipal tinha ponderado sair da Associação Casa Memória de Camões se, com essa ação, evitasse o exigido pela IGF,

posição dominante. Analisada também esta situação, a conclusão tinha sido que não solucionava, porque a Câmara Municipal saindo de associada teria que começar a apoiar a Associação Casa Memória de Camões de acordo com o Regulamento de Apoio ao Associativismo, e nunca aquela Associação teria a elegibilidade de montantes para receber os atuais dezasseis mil euros por ano.-----

Transmitida esta análise à Associação Casa Memória de Camões, o Senhor Presidente da Direção propôs que a funcionária fosse integrada no quadro de pessoal da Câmara Municipal. Como todos sabiam, esta situação não era possível, e mesmo que a Câmara abrisse um procedimento concursal para um Assistente Operacional, não existia a garantia que fosse aquela pessoa que ficasse, porque era um concurso aberto de vínculo à função pública e a Senhora podia ficar no desemprego. Tinham sido estudadas todas as possíveis soluções para ultrapassar esta questão, a única solução encontrada para resolver a situação no imediato, era a Câmara Municipal reforçar a sua posição à semelhança do que já existia no Centro Ciência Viva, ou seja, com a possibilidade de designar dois elementos para o Concelho Fiscal da Associação e, em matérias de elevada importância para a vida da Associação nomeadamente, a localização da sede, o orçamento anual, o plano de investimento e o plano de atividades, ser sempre necessário ter o voto favorável da Câmara Municipal.-----

No relatório da IGF estava referido que atendendo aos diminutos valores que estavam em questão, não tinha sido levantado nenhum processo de responsabilidade financeira, mas se fosse levantado algum processo por responsabilidade financeira, algumas pessoas teriam que colocar do seu património pessoal os valores que tinham sido transferidos para a Associação Casa Memória de Camões.-----

Não se tratava de nenhuma intromissão da Câmara Municipal para a Associação mas sim, a única solução encontrada nesta fase, que permitia desbloquear as transferências sem colocar em risco o executivo atual que tinha deliberado favoravelmente e aprovado o atual contrato programa existente coma Associação. Nesta solução, tinham participado através de videoconferência, o Presidente da Câmara Municipal, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, os Juristas da Câmara Municipal e, os três elementos da Direção da Associação Casa Memória de Camões. Os procedimentos que tinham sido adotados tinham sido os seguintes; primeiro, o documento tinha ido à reunião da Câmara Municipal, vinha agora à Assembleia Municipal, e depois a palavra final seria sempre da Assembleia Geral da Associação Casa Memória de Camões que poderia aprovar ou não a alteração aos Estatutos. No caso, dos Estatutos não serem aprovados, não haveria qualquer possibilidade de continuarem a transferir aqueles montantes para a Associação

Casa Memória de Camões, por falta de legitimidade. Com o projeto de alteração aos Estatutos aprovado pelos dois órgãos (executivo e deliberativo,) considerava estar legitimado para já no mês de maio, ser feita a transferência de verbas para a Associação Casa Memória de Camões, e esta poder honrar os seus compromissos, nomeadamente com a funcionária.-----

A Assembleia Geral da Associação Casa Memória de Camões não tinha sido marcada antes porque, como todos sabiam, atendendo ao momento de confinamento que se vivia e às características etárias da maioria dos seus associados, não seria possível fazer uma Assembleia Geral presencial ou por videoconferência. O que tinha ficado acordado com a Direção da Associação é que o procedimento seria este; reunião da Câmara Municipal, sessão da Assembleia Municipal e assim que houvesse condições para a Assembleia Geral da Associação reunir, reuniria com vista à eventual aprovação desta alteração. Este procedimento já tinha sido enviado à IGF, através de Ofício.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 6 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO;-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva (MIC), pretendia esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à reunião que tinha tido por videoconferência com a Delegação de Santarém do Instituto da Conservação da Natureza e Floresta, para apresentação de projeto turístico. De que projeto se tratava?-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que essa reunião tinha sido com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas), para tratar de um assunto relacionado com um grupo de privados do Concelho, que estavam a desenhar um projeto turístico em terrenos na Vila de que os pais eram proprietários. Tinha sido uma reunião de concertação com o ICNF, porque algumas zonas tinham sido afetadas pelos incêndios e, tinha sido na tentativa de verificar se era viável ou não o projeto, e qual os procedimentos a adotar. Tratava-se de um projeto de um parque natureza e estava ainda numa fase embrionária não existindo certezas se viria a ser implementado ou não.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), dizendo que na página cinco do documento, estava referida “Empreitada da requalificação de espaços públicos”, que iria ter uma duração de duzentos e dez dias. Gostaria de saber se era a requalificação da zona ribeirinha. Para quando a previsão do seu término. Qual a razão de não existir nenhuma planta/fotografia no local com informação do projeto.-----

Estava referido no documento uma candidatura de investimento de compostagem doméstica. Gostava de saber em que consistia, e se iria ser distribuído aos munícipes um compostor para que cada um fizesse a sua compostagem.-----

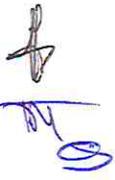
Na ação social, programa Abem, tinha ficado com a impressão que se tratava de uma nova candidatura, pelo que gostaria de saber o ponto de situação deste programa e, se era por existirem mais beneficiários ou outro motivo.-----

Sobre o momento que se vivia de pandemia, se fosse possível, gostaria de conhecer o ponto de situação ao nível do apoio económico e alimentar das pessoas que terão solicitado este apoio à Câmara Municipal. Neste mesmo ponto, se a Câmara Municipal tinha feito o acompanhamento social por contato telefónico. Se sim, questionava se esse contato telefónico tinha sido feito apenas pela técnica do município, ou em articulação com as técnicas da RLIS (Rede Local de Intervenção Social), uma vez que não tinha visto referência alguma a este tipo de apoio. Pretendia igualmente saber, se tinham existido famílias a pedir apoio ao nível das refeições escolares.-----

O documento fazia referência a uma reunião com o projeto “MARIA II”, gostaria de saber se teve a ver com violência doméstica, e qual o ponto de situação no nosso concelho sobre este assunto.-----

Das diversas questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da empreitada da zona ribeirinha. O que se perspetivava ali fazer era o seguinte: A zona do campo de vôlei passaria a ter relva, os muros seriam capeados, retirada a tijoleira e colocadas umas lajes em granito. Seria recolocado novo pavimento na zona do Parque Infantil, substituída toda a iluminação da zona ribeirinha e substituição do mobiliário urbano. Iria ficar preparado junto às bancadas do campo de vôlei, um espaço para uns balneários assim como, uma rampa de acesso ao estacionamento junto ao Zêzere atualmente em pavé, seria removido e colocados cubos de granito iguais aos que estavam na Avenida das Forças Armadas. Os pavimentos seriam todos lavados e substituídos onde estivessem degradados e, seria criada uma plataforma para pessoas com mobilidade reduzida que nasceria na zona do estacionamento em direção ao campo de vôlei. Estas eram as intervenções que se perspetivavam fazer, para além da pintura dos muros e muretes. Precisavam de mais dinheiro para fazer mais obras na zona ribeirinha, mas era a verba que tinham e a que tinha sido disponibilizada através de fundos comunitários.-----

Quanto à compostagem doméstica, era um projeto que estava a ser desenvolvido ao nível da Comunidade Intermunicipal e da Resitejo, constava em disponibilizar contentores a



quem tivesse interesse em os receber, para fazerem a compostagem nas próprias habitações.-----

Relativamente à questão do programa Abem, as alterações prendiam-se com o definido sobre a condição de recursos, só quem cumprisse essa condição de recursos é que poderia obter apoio para a aquisição de medicamentos. Com o surgimento do COVID-19, a Associação Dignidade tinha enviado a todos os parceiros um aditamento ao protocolo existente, que permitisse que nesta situação de emergência social em que algumas famílias estavam a passar mal, independentemente da condição de recursos, fosse possível apoiar essas famílias mediante o comprovativo da perda de rendimentos. Tinha surgido mais um munícipe a pedir este apoio. Quanto ao apoio económico e alimentar a algumas famílias do concelho, a loja social continuava a prestar esse apoio. De momento não tinha esses dados, se os houvesse, faria chegar essa informação por escrito.-----

Relativamente ao contacto telefónico com as técnicas da ação social, o que tinha ficado definido se houvesse essa necessidade, era fazer o atendimento presencial no edifício da Câmara Municipal por marcação prévia, ou seja, a pessoa contactava com a técnica da ação social, dizia que necessitava de vir presencialmente colocar uma questão para ser resolvida pelo município, e desencadeava-se o processo.-----

Relativamente às refeições escolares, tinha registado apenas um pedido de apoio em Santa Margarida da Coutada. Disse não ter conhecimento de mais, se existissem faria chegar essa informação.-----

Sobre o projeto “ MARIA II” era um projeto que estava a ser desenvolvido ao nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, tinha a ver com violência doméstica e envolvia todos os municípios da Comunidade.-----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), questionando, sobre o projeto de Bio resíduos, o que é que o município perspetivava fazer.-----

Qual o ponto de situação sobre os esgotos da Pereira, uma vez que a candidatura tinha sido rejeitada.-----

Quanto ao POMTEZE e às obras que estavam a decorrer, tinha ficado desapontado por várias razões, num tempo em que se falava tanto em questões ambientais, custava aceitar que se fizessem mais espaços relvados, com os custos que tinham de energias, manutenção, águas, etc. Era andar contra a corrente daquilo que era necessário fazer no País e no mundo. Também tinha ficado desapontado quando verificava que não eram construídos balneários e vestiários, tão necessários para a prática da canoagem e dos banhistas, onde poderiam tomar banho e guardar os seus haveres. Outra questão que

referiu foi o estado de degradação em que se encontrava o campo de ténis, até uma figueira já lá tinha dentro.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) sobre a valorização dos Bio resíduos. Era um projeto a nível da Comunidade Intermunicipal, mas a valorização dos Bio resíduos afetava apenas os municípios de média ou grande dimensão, que eram obrigados a fazer esta valorização, para já não nos afetaria. Quanto à ETAR (Estação de tratamento de águas residuais) da Pereira, já tinha dado conta por diversas vezes que o problema esteve no facto de alguns proprietários não terem os terrenos registados no seu próprio nome. Para apresentarem essas candidaturas, se não tiverem legitimidade para entrar nos terrenos, a nível de fundos comunitários era descontado o valor, ou seja, existia um determinado conjunto de despesas que não seriam elegíveis, como consequência, o município não tinha condições para avançar com o projeto nestas condições, por essa razão a candidatura tinha sido indeferida. Relativamente às questões ambientais que o Senhor Deputado Municipal tinha colocado, nomeadamente a questão do novo relvado, lembrou que o município na zona ribeirinha iria substituir toda a iluminação por iluminação LED (diodo emissor de luz), por ter um consumo mais baixo e amigável ao ambiente, e que há pouco tempo num projeto da Comunidade Intermunicipal, tinha sido instalado um carregador para viaturas elétricas em frente aos bombeiros voluntários. Paralelamente a tudo isto, tinham ocorrido no ano transato negociações com a EDP para a substituição de um conjunto de luminárias de mercúrio, por luminárias Led. Eram todas estas as questões ambientais que estavam na agenda do município. Quanto à questão dos balneários e dos vestiários, disse já ter explicado numa reunião da Câmara Municipal que estavam a desenvolver o projeto da praia fluvial. A partir de setembro, iriam desenvolver um conjunto de ações, entre as quais a análise à água do Rio Zêzere, se a água não fosse considerada de qualidade e definida como água balnear, o projeto da praia fluvial ficaria inviabilizado. O projeto de execução estava a ser desenhado e nesse projeto constariam os balneários e vestiários. Como já tinha referido, o dinheiro disponibilizado para a zona ribeirinha era muito pouco, era preciso muito mais, e tiveram que ser tomadas opções para esta fase. Não tinha sido possível alargar a intervenção ao campo de ténis, lembrando que era normal existirem alguns espaços no concelho que nesta fase, nomeadamente bermas de estradas, não estarem com as ervas devidamente cortadas. O município estava há dois meses com os assistentes operacionais em jornada contínua e a fazerem menos uma hora e meia por dia, isso tinha reflexos no desenvolvimento normal dos trabalhos. Tinham consciência que existiam um conjunto de equipamentos a necessitarem de limpeza, logo que os trabalhos no Açude em

Santa Margarida estivessem terminados, passariam para os terrenos junto ao Centro de Saúde de Santa Margarida, de seguida, a limpeza das bermas da estrada da Rua do Tejo, desde a pesqueira até à estrada do campo na freguesia de Montalvo, e assim sucessivamente.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins (CDU), para referir que o documento fazia referência à realização de visitas prévias aos lares por uma equipa multidisciplinar para monitorização. Gostava de saber a constituição dessa equipa, em que consistiam essas visitas e quantos estabelecimentos tinham sido visitados e, se no nosso concelho, existiam lares ilegais ou casas de acolhimento, se sim, se também tinham sido alvo dessas visitas.-----

Na página oito da informação do Senhor Presidente consta duas atividades realizadas pela Câmara Municipal; “Dinamização da atividade da CPCJ, mês de abril – mês Prevenção dos Maus Tratos na Infância” e participação no Encontro Regional da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, em videoconferência, no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte. Questionou se a Câmara Municipal dinamizou a atividade do mês de abril ou a Câmara colaborou na sua dinamização?-----

Relativamente ao encontro da CPCJ, se foi apenas o Técnico que representa a Câmara na CPCJ que participou no Encontro enquanto elemento da CPCJ, o que irá constar no seu relatório de atividades, ou se mais algum técnico da Câmara participou no Encontro, para vir referido nesta informação?-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta referiu que relativamente à primeira questão tinha sido uma equipa multidisciplinar, constituída, para visitar os lares de idosos do concelho. Esta equipa multidisciplinar tinha sido constituída por imperativo legal e composta com as seguintes entidades: Comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância, Delegado de Saúde, um elemento do Serviço Municipal de Protecção Civil e um elemento da Segurança Social. Tinha visitado todos os lares do concelho tendo em vista o preenchimento de um inquérito, para que depois do seu preenchimento e submissão, pudessem ser efetuados os testes ao COVID-19 a todos os funcionários dos lares de idosos do concelho. Da informação que tinha, os lares ou parte deles, teriam os seus funcionários submetidos aos testes do COVID-19, na próxima segunda-feira.-----

PONTO 7 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia se tinham alguma questão para apresentar neste ponto.-----



Pedi a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para apresentar as seguintes questões: Qual o ponto de situação da obra da Estrada Militar. Tinha tido conhecimento de uma deslocação dos técnicos da Câmara Municipal ao Parque Infantil do ACDA (Associação Cultural e Desportiva Aldeense), na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, à exceção deste, não existia mais nenhum Parque Infantil, pelo que, questionava qual o motivo dessa deslocação dos técnicos e o que é que o município estava a pensar fazer naquele parque. Em dezembro de dois mil e nove, quando fazia parte da Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, tinha apresentado uma proposta relacionada com o Parque Infantil que se encontrava no Açude. A sua proposta consistia em esses equipamentos serem transferidos para o jardim em frente aos prédios, no Largo Dr. Pratas de Moura, em Aldeia. Na altura, a Junta de Freguesia tinha enviado a proposta para a Câmara Municipal. Em março de dois mil e dez, tinha recebido a resposta da Câmara Municipal que dizia o seguinte: *“Acuso a receção do vosso ofício de 18 de Janeiro último, referente à proposta apresentada pela bancada do Partido Socialista na última Assembleia de Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Analisado o conteúdo do documento agradeço desde já a sugestão apresentada, no entanto, informo que não será possível colocar o equipamento no espaço sugerido. A Autarquia está atualmente a estudar a colocação do Parque Infantil noutra local, tendo em conta todos os normativos legais exigidos para o efeito”*. Só pretendia deixar esta nota, que a Câmara Municipal estava a estudar a situação desde essa data, e até hoje, esses equipamentos não tinham sido colocados em lado nenhum. Aproveitou para fazer um agradecimento à Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, pelo trabalho feito junto ao Cemitério de Santa Margarida (Aldeia de Santa Margarida), como era do conhecimento geral, no ano de dois mil, o Senhor Manuel Pequeno tinha cedido o terreno para fazer a ampliação do cemitério, com escritura elaborada na altura. Anexa à escritura, estava uma declaração assinada pela Junta de Freguesia de então, e pelos proprietários que referia que o terreno era cedido, e que a Câmara Municipal ficava responsabilizada por substituir o caminho que tinha sido eliminado. O prazo era de sessenta dias a contar da data da assinatura do documento. Estávamos a falar do ano de dois mil. Pelo que pretendia deixar estas notas, e também informar a Assembleia Municipal que a Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada tinha cancelado as suas Festas Anuais em honra da Padroeira de Santa Margarida, pelo momento sanitário que se vivia (COVID-19).-
Pedi a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as obras do Centro de Saúde de Montalvo, qual o ponto de situação e uma previsão para a sua conclusão.-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU), para referir que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida se tinha referido a um dos assuntos que trazia para esta assembleia. Como era do conhecimento geral, a Estrada Militar tinha estado cortada ao trânsito numa das faixas durante longos meses, presumia que devido à queda de algumas pedras. Da análise feita pelas entidades competentes tinha sido decidido sinalizar duas zonas com perigo de derrocada. Passava lá frequentemente, tinha dúvidas se a zona não intervencionada não carecia igualmente de uma intervenção porque olhando para a encosta, verificava que a mesma apresentava fendas nas rochas. Face ao exposto, gostaria de saber se o Senhor Presidente sabia o motivo da não intervenção nestas zonas e, se existia um relatório técnico de estabilidade do terreno?-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para apresentar duas questões; no comunicado do município sobre o apoio aos munícipes nesta fase difícil do COVID-19, nomeadamente sobre a retirada das taxas fixas dos resíduos e da água, se o município entendia como justo as empresas cá sediadas mas com sedes noutros locais, algumas nem trabalhadores do concelho possuíam, usufruírem destes benefícios, quando até já tinham beneficiado de facilidades para se instalarem no concelho. Considerava uma injustiça.-----

A outra questão tinha a ver com os esgotos da Pereira. Tinham sido gastos cerca de vinte mil euros num projeto e deixado fugir quase duzentos mil euros dos fundos comunitários a fundo perdido. Não faltavam no concelho locais para investimentos naquele montante, o certo era que se tinham perdido, quando existiam ainda alguns problemas de saneamento básico no concelho onde poderiam ser aplicados, sendo que este dinheiro, nunca mais seria recuperado. Duzentos mil euros, mais vinte e um mil, para um município como Constância era muito dinheiro. Ficava triste porque conhecia muito bem os problemas existentes nesta área e, por falta de atenção, tinham deixado fugir aquelas verbas, dando como exemplo os problemas nesta área, na Urbanização da Capareira, onde esse dinheiro poderia ser investido.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Relativamente à intervenção que estava prevista realizar na Estrada Militar, dentro do perímetro urbano de Malpique (da casa do Sr. Manuel Matos até ao início da Pizaria), tinham notificado todas as pessoas que confinavam com este perímetro urbano

da estrada, dando conhecimento dos trabalhos que iriam realizar, recolhendo sugestões e propostas de alteração. Tinham recebido algumas sugestões de alteração ao projeto feito internamente pela Divisão dos Serviços Técnicos. Com o surgimento do COVID-19, o processo tinha parado e algumas questões apresentadas pelos munícipes que necessitavam de ser esclarecidas pessoalmente, também tinham sido adiadas. Estava previsto para a próxima semana, em conjunto com o Senhor Eng. Jorge Heitor, retomar esse trabalho. Internamente, o serviço de aprovisionamento estava a desenvolver o processo de contratação pública e contava no final da próxima semana, as peças estarem concluídas e o procedimento saísse para lançar a referida obra na Estrada Militar.-----

Relativamente ao Parque Infantil da Associação Cultural e Desportiva Aldeense, tinha sido entendimento na Câmara Municipal que existindo um Parque Infantil numa Associação de Cultura e Recreio a necessitar de ser requalificado, que a própria Associação tinha procedido ao encerramento do mesmo por não ter condições para estar aberto, não fazia sentido o município fazer uma nova infraestrutura, quando já existia uma. Tinham desenhado um processo interno para o espaço do ACDA, que consistia em celebrar um Contrato de Comodato com a Associação, esta cedia aquele espaço por determinados anos e a Câmara Municipal fazia a intervenção. O projeto estava pronto, elaborado pela Divisão dos Serviços Técnicos e o jurista já tinha a minuta de contrato feita. Antes de iniciarem a obra, a Associação tinha que resolver um problema interno, pelo facto da área do Parque Infantil não estar registada em nome da Associação.-----

Quanto ao pequeno aceiro e à estrada que tinha sido aberta junto ao cemitério de Santa Margarida (Aldeia), o Senhor Manuel Pequeno tinha falado com ele no início do atual mandato, mas só agora tinha sido possível proceder à abertura da estrada e do aceiro em volta do cemitério.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, as obras da Extensão de Saúde estavam a decorrer dentro da normalidade. Nesta fase estavam a abrir os roços para passagem das tubagens, a divisão interior do edifício estava feita, entrando-se numa fase em que os trabalhos não se viam a evoluir. O prazo de execução da obra de seis meses tinha tido um pequeno atraso no período do COVID-19 por a empresa ter pedido para suspender a obra durante algum tempo.-----

Quanto à questão que o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos (CDU) tinha colocado, disse ter tomado boa nota da mesma. Aquilo que tinha sido transmitido na altura e como o Senhor Deputado Municipal sabia, a Estrada Militar não era da responsabilidade da Câmara Municipal, era gerida pelo Exército Português, a Câmara não tinha jurisdição sobre a mesma. Toda a intervenção era da responsabilidade do



Exército, a Câmara Municipal apenas acompanhava porque a estrada era usada pela população civil, no entanto, tinha tomado nota das questões colocadas e iria questionar a entidade que tinha a gestão da Estrada e, quando tivesse uma resposta por parte do Exército, dar-lha-ia.-----

Relativamente às questões que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), tinha colocado, mais concretamente sobre as taxas, informou que tinham ponderado o apoio não ser generalizado, no entanto, tinham chegado à conclusão que não seria exequível essa discriminação. As empresas que não tinham cá a sua sede e que tinham poucos trabalhadores acabavam por acrescentar valor ao concelho, iam aos restaurantes e cafés e acabavam por deixar uma parte da riqueza que geriam, no nosso território. Relativamente à questão do projeto da Pereira, convidou o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), a vir um dia ter com ele para juntos fazerem uma visita ao Arquivo Municipal, para lhe lembrar a quantidade de projetos que tinham sido feitos em mandatos anteriores, inclusive quando ele era Vereador, o dinheiro que tinha sido gasto e os projetos nunca tinham sido executados. Se o Senhor Deputado Municipal pretendesse, também lhe poderia mostrar uma obra que esteve adjudicada em Santa Margarida e indemnizado o empreiteiro porque quando a obra estava para arrancar tinham decidido não a fazer. Era uma situação normal as Câmaras por vezes não conseguirem executar alguns projetos. Se tivesse sido possível aproveitar esse dinheiro ou se existissem fundos comunitários para reabilitar as estações elevatórias, já o tinham feito. Os duzentos mil euros serem aproveitados para outro projeto, hoje não existia. A realidade dos fundos comunitários hoje, tal como a gestão da Câmara Municipal, não tinham nada a ver com o tempo em que o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU) tinha sido Vereador. Dizer que o dinheiro podia ser canalizado para outra coisa, era disso prova. -----

Na extensão de Saúde de Montalvo, tinham a certeza que a candidatura a fundos comunitários iria ser aprovada. Quando se tinham candidatado à cadeira do dentista para o Centro de Saúde, tinham a certeza que teria financiamento comunitário. Outros avisos que iam abrindo deste âmbito, que não eram negociados no seio da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), muitas vezes os municípios candidatavam-se e as candidaturas não eram aprovadas. Tinha que lidar com esta realidade, não poderiam era deixar de fazer os projetos.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira (CDU), para dizer que provavelmente por não perceber muito de estratégias de desenvolvimento concelhio, tinha alguma dificuldade em entender porque é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha optado por fazer esgotos na Pereira em vez de fazer uma conduta

na Estrada do Tejo, para apoio ao novo hotel. Não se tratava de Estações Elevatórias, tratava-se de condutas de saneamento básico, que certamente seria aprovado.-----
Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida se colocou à votação.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António L. F. F. de
MARIA TEREZA BAI DE MAFR
Carla SILERIO

Anexo I

“25 DE ABRIL SEMPRE

46.º Aniversário da revolução de Abril

Comemorou-se no passado dia 25 de Abril o 46.º Aniversário da Revolução dos cravos. A democracia, a descolonização, os direitos laborais e sindicais, o acesso à saúde e educação, as autarquias locais são apenas alguns dos muitos direitos que o povo português conquistou após 40 anos de atroz obscurantismo.

A construção do Serviço Nacional de Saúde, embora com a oposição do PSD e CDS, foi uma das mais belas conquistas que o 25 de Abril trouxe ao Povo Português. Portugal passou de uma situação em que apenas os privilegiados tinham acesso à saúde para um sistema de direito universal e gratuito.

Os tempos estranhos e de crise que vivemos impostos pela situação de pandemia que nos obriga ao isolamento e confinamento e a resposta dada pelo SNS aos pacientes provam sobejamente a importância da existência de um serviço público de saúde.

Pese embora os cortes orçamentais sucessivos nos últimos anos, com consequências visíveis na grande quantidade de equipamentos de diagnóstico obsoleto ou inexistente e a desvalorização, e défice de contratação, do pessoal afecto e necessário ao serviço, torna ainda mais evidente que, o SNS, fruto da dedicação e resistência dos seus profissionais, respondeu e responde bem à atual situação e às necessidades da nossa população.

Não basta falarmos dos “nossos heróis da linha da frente” como alguns se têm referido aos profissionais de saúde. Independentemente da pandemia eles sempre foram heróis da linha da frente. O que é necessário é mais investimento que reforce a capacidade do SNS, que valorize os seus trabalhadores, que possua meios de diagnóstico suficientes e atualizados, que as instalações sejam condignas ao trabalho exercido, que exista EPI (equipamentos de protecção individual) em qualidade e quantidade suficiente para todos. Esta será a melhor prova de que o País reconhece a abnegação, entrega e esforço de todos quantos nesta fase crítica trabalham no serviço público de saúde.

Relacionado com o Serviço Nacional de Saúde será bom o País reflectir sobre a importância da produção e auto-suficiência nacional. Fica aprovado que a dependência do estrangeiro de equipamentos e produtos vitais ao seu funcionamento é um factor de

enorme gravidade. É assim com os ventiladores hospitalares, com as máscaras, batas, gel desinfectante, reagentes, e outros produtos mas também no sector alimentar onde importamos mais de 90% do trigo consumido em Portugal. Isto apenas como exemplo.

A independência nacional não se resume apenas à existência de Forças Armadas e ao controle de fronteiras mas também à produção e acesso facilitado a produtos essenciais à nossa vida diária.

Senhor Presidente

Caros Colegas

Falar da revolução de Abril é falar ainda e também dos anseios, aspirações e necessidades diárias que cada uma das comunidades, que integramos e representamos, sentem com o objectivo de melhorar a vida comunitária e contribuir para o todo nacional.

É desta forma que a CDU se congratula com a chegada de banda larga à Freguesia de Santa Margarida, há muitos anos exigida, e que neste momento, com as escolas encerradas, maior importância tem na vida daquela freguesia. É falar também e uma vez mais da deficiente cobertura da rede de telemóvel na mesma freguesia que há muitos anos é urgente solucionar.

Falar do 25 de Abril é ainda e também falar novamente da PONTE, à muito prometida, que estrangula o desenvolvimento do Concelho. Um processo que teve início com um despacho ministerial, em 1998. Em 2004 foi feito o Estudo de Impacto Ambiental. Os CIRVER, na Carregueira, foram aprovados condicionados à existência desta travessia, em 2014 foi incluída uma verba de 5 milhões de Euros no então Plano Nacional de Investimentos e em 2018 foi reiterado pelo Ministro de então a sua construção para o período 2020/2030. Perguntamos apenas: não será hora de dar início aos estudos e projectos?

Para a CDU o espírito de Abril não é compatível com promessas sistematicamente adiadas e não cumpridas. É preciso manter o foco na exigência de tão importante obra há tempo de mais prometida e vezes sem conta adiada pelos mais variados governantes.

Viva o Concelho de Constância!

Viva o Serviço Nacional de Saúde!



Viva o 25 de Abril!

Os eleitos da CDU

Constância, 15 de Maio de 2020”

Anexo II

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 16 de Março o cantor, amigo de Constância, Pedro Barroso. Nascido em Lisboa em 1950, numa família natural de Riachos, Pedro Barroso foi um dos mais importantes músicos portugueses.

Os “Encontros de Cantar Diferente” inseridos nas “Pomonas Camoneanas” dos quais Pedro Barroso foi autor, tiveram início no ano de 1997, e realizaram-se todas as noites de 9 de Junho até ao ano de 2011.

Os “Encontros do Cantar Diferente” que a convite de Pedro Barroso trouxe a Constância inúmeros autores, poetas e cantores comprometidos com os valores do 25 de Abril é ainda hoje, para muitos, a recordação de um momento alto e único do canto e da cultura Portuguesa que Constância proporcionou aos seus habitantes e visitantes.

O seu desaparecimento é a perda não apenas do autor, compositor e interprete, irreverente e comprometido com os ideais democráticos mas também a perda de um verdadeiro amigo de Constância.

Ao recordar Pedro Barroso a Assembleia Municipal de Constância endereça á família e aos amigos as mais sinceras condolências.

Os eleitos da CDU

Constância, 15 de Maio de 2020

Anexo III

“Ex mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância,
Ex mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância,
Ex mos Senhores Vereadores,
Ex mos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,
Ilustres Deputados Municipais,

A delicada fase que vivemos, decorrente da atual Pandemia Covid-19, verdadeiro momento de crise, com consequências nas mais variadas dimensões das nossas vidas, sejam de saúde, sociais, económicas, financeiras e outras, veio também reforçar a imperiosa necessidade de as populações estarem munidas de meios tecnológicos com base numa rede comunicacional que lhes permitam minimizar alguns dos transtornos de tão grave advento.

Nesta crise devastadora, com cidadãos confinados ao isolamento dos seus lares, adotando práticas de teletrabalho, em que os estudantes dos diferentes ciclos de ensino, incluindo o ensino universitário, continuam as suas aprendizagens com recurso à utilização de diferentes tecnologias assentes em infraestruturas comunicacionais, como é o caso da fibra ótica; acredito que o nível de ansiedade e os prejuízos seriam ainda muito superiores, pois estariam inibidos de tais práticas apenas porque viviam em Constância, mais propriamente na freguesia de Santa Margarida da Coutada.

Em 2010 ocorreu a adjudicação de concurso à DSTTelecom para a construção, gestão, exploração e manutenção das Redes de Nova Geração nas zonas rurais do país.

Assim, desde essa data, foram várias as intervenções que tivemos, enquanto cidadão e enquanto deputado municipal, junto dos diferentes Executivos Autárquicos, contudo o resultado foi nulo.

Constância foi figurando como concelho onde a respetiva fibra ótica estava implantada. Na verdade Montalvo e Constância (incluindo Constância Sul) há muito que dispõem desta infraestrutura. Contudo, a população da Freguesia de Santa Margarida na sua maioria, via-se inibida de poder utilizar tal tecnologia.



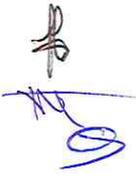
Tendo conhecimento que a construção e gestão desta rede ainda não está completa, mas em vias de o estar, é com grade elevação e satisfação que agradeço e enalteço a forma determinada e empenhada com que o actual Executivo se debateu junto de determinadas Entidades, nomeadamente da Altice, para que todos os munícipes possam dispor de fibra ótica nos seus lares, em particular na Freguesia de Santa Margarida da Coutada.

Considero que a determinação e empenho na Causa Pública ilustram o caminho rumo a um desenvolvimento sustentável do Concelho de Constância.

Actualmente Portugal é o país com maior cobertura de fibra ótica em zonas rurais da União Europeia, com 53% das casas cobertas, muito à frente de Espanha (com 42%) e da Suécia (com 38%) ou Alemanha com apenas 6%.

Bem Hajam

Rogério Palácio



Anexo IV

Estatutos da Casa Memória de Camões

Declaração de Voto

A Casa Memória de Camões e o Jardim Horto são, a par com o casco histórico da Vila e os Rios Tejo e Zêzere um dos ex-libris de Constância.

A sua especificidade na divulgação da obra do grande Poeta nacional atrai à Vila milhares de visitantes, maioritariamente estudantes e intelectuais, que contribuem de forma interessante para a restauração e outro comércio local.

A singularidade dos objectivos desta Associação levaram, a que esta entidade mantivesse desde a sua fundação, uma total autonomia científica, organizacional e financeira. Foi sempre esta a vontade e a prática da sua fundadora Manuela de Azevedo, a quem o Concelho muito deve, e que no momento presente é justo lembrar.

A importância que tem para o Concelho de Constância, na sua afirmação no contexto nacional como pólo de criação e divulgação cultural, exigem uma Casa Memória de Camões dinâmica e criativa que quanto a nós é possível com uma total independência.

Esta não é uma Associação idêntica a tantas outras existentes no Concelho. Esta é uma Instituição única. Por ser assim, existem certamente outras formas legais de apoiar esta entidade única no país que desenvolve a actividade de divulgar a obra do maior Poeta Português sem ter o peso determinante do município na sua gestão.

A existência de cidadãos disponíveis para de forma gratuita gerirem esta e outras instituições apenas enriquece o concelho, e o país enquanto colectivo, e retira encargos substanciais ao erário público.

Como é notório consideramos não ser benéfica para a Associação e para o Município a alteração dos estatutos em causa, e acreditando na pressão motivada pela urgência do pagamento do salário à funcionária do Jardim Horto, os eleitos da CDU em respeito pela decisão da Direção da Associação Casa Memória de Camões votam favoravelmente a alteração aos estatutos.

Os eleitos da CDU
Constância, 15 de Abril de 2020